A PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES PARA A DOCÊNCIA[1]

Tallyta Gabriela Vaz de Oliveira [2]
Renata Helena Pin Pucci [3]

INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, especialmente durante e depois da Pandemia da Covid-19, que provocou o isolamento da população, consequentemente, dos estudantes e docentes, observamos um aumento do uso das tecnologias digitais com fins educacionais. O ensino remoto, forçado durante a pandemia, abriu portas para que algumas atividades no âmbito educacional permanecessem e se ampliassem apoiadas em ferramentas/aplicativos digitais.

Nesse cenário, processos de ensino através dessas ferramentas estão cada vez mais presentes nas salas de aula da Educação Básica, como no Estado de São Paulo, em que a Secretaria da Educação argumenta que o "aprendizado em sala de aula tem sido otimizado pela utilização de plataformas digitais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SeducSP)" (São Paulo, 2024, s.p.). Dentre as plataformas utilizadas na rede pública de São Paulo, encontram-se: Diário Digital, Tarefas SP, Slides (Materiais digitais), CMSP (Centro de Mídias São Paulo), Redação SP, Sala de aula virtual, Education First, Leia SP, Me Salva, Alura, Khan Academy, Matific, Elefante Letrado, Multiplica, EFAPE (Escola de formação dos Profissionais de educação), SOU (sistema Unificado do servidor público estadual), Apoio presencial e Prova SP. Assim, não só as atividades de ensino estão amparadas por essas plataformas, mas também seu controle, uma vez que é possível visualizar toda a ação docente e discente através delas.

Desse modo, o caráter técnico do ensino fica bastante evidente, e nos parece um retorno a uma lógica tecnicista de Educação, movimento no campo pedagógico, durante os anos 70, quando ocorreu uma supervalorização da técnica, com o pretexto de que a tecnificação seria a solução dos problemas referentes ao ensino e aprendizagem. O termo "tecnicismo" não se

[1] Este trabalho advém de uma pesquisa de Iniciação Científica (IC), intitulada "Plataformização da educação: Como se apresenta na educação básica e na formação docente", realizada na Universidade São Francisco (USF), em 2026.

[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade São Francisco, Itatiba- SP, tallyta.oliveira@mail.usf.edu.br
[3] Professora orientadora: Doutora em Educação, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, Itatiba-SP, renata_pucci@hotmail.com

restringe ao uso maciço de técnicas e recursos tecnológicos no ensino, mas à convicção, à crença de que o emprego de recursos técnicos e/ou tecnológicos solucionariam as questões relacionadas ao ensino e aprendizagem. O retorno dessa concepção na atualidade é chamado de "neotecnicismo" (Freitas, 2016).

Antunes-Souza, Pucci e Ferreira (2025) criticam não o uso das tecnologias digitais em si, mas a sua centralidade nos processos educativos, o que pode reduzir a autonomia docente e limitar a formação dos estudantes às demandas neoliberais. Os autores argumentam que, por meio de recursos padronizados e monitorados, a lógica empresarial passa a orientar o ensino, priorizando eficiência, produtividade, desempenho e controle das relações.

A plataformização da educação ultrapassa a mera incorporação de tecnologias digitais ao ambiente escolar, interferindo diretamente na autonomia docente e na aprendizagem discente. Destarte, neste estudo, tivemos como objetivo geral compreender como a Plataformização da Educação está inserida na Educação Básica e suas implicações para o trabalho docente. Como objetivos específicos, buscamos: i. Identificar, na literatura, quais as definições de Plataformização na Educação; ii. Compreender como as ferramentas educacionais digitais são utilizadas na Educação Básica; iii. Buscar, na literatura, qual a perspectiva dos docentes sobre os processos de Plataformização na/da Educação em que estão inseridos.

No tocante à metodologia, foi realizado o Estado do Conhecimento (Morosini, Nascimento; Nez, 2021), que consiste na problematização qualificada de produções reunidas e analisadas, permitindo uma reflexão crítica e analítica sobre o tema.

O estudo mostrou-se relevante uma vez que, ao sistematizar os achados da literatura, foi possível compreender com maior profundidade como as plataformas influenciam a organização escolar, a autonomia dos sujeitos educativos e a formulação das políticas públicas, especialmente no cenário pós-pandemia no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

As produções acadêmicas recentes apontam para o crescimento do uso das plataformas na educação brasileira e, com este, a intensificação e precarização do trabalho docente e o aprofundamento das desigualdades educacionais (Matta, Ribeiro; Pamplona, 2025; Andrade; Quiroga, 2026). No contexto atual, a discussão sobre a plataformização da educação envolve a maneira como esse processo tem sido "vendido" pelos discursos governamentais e a forma como, na prática, vem sendo aplicado no cotidiano escolar. A precarização do trabalho docente não constitui um fenômeno recente; contudo, percebe-se que, nos últimos anos, esse processo

tem sido intensificado, ampliando desafios estruturais e aprofundando dificuldades já presentes nas rotinas pedagógicas. Para compreender tal cenário, torna-se fundamental analisar as definições contemporâneas de plataformização e suas possíveis origens, situando esse movimento no contexto histórico e político da educação brasileira.

Com a transformação acelerada ocasionada pela pandemia, a tecnologia deixou de ocupar um papel secundário e passou a integrar a dinâmica educacional de maneira estrutural, aproximando a escola do fenômeno que Ramos (2024) descreve como o processo pelo qual a vida humana e suas interações sociais são moldadas por um ecossistema global de plataformas digitais. No contexto educacional, essa interpretação evidencia que as plataformas não se limitam a oferecer ferramentas, mas remodelam práticas pedagógicas, relações institucionais e até mesmo formas de coleta e circulação de dados. Wilke e Feijó (2023) reforçam essa perspectiva, ao demonstrar como plataformas digitais vêm redefinindo políticas educacionais, currículos e rotinas escolares, contribuindo para a intensificação do que o autor relaciona à "sociedade do cansaço", especialmente no período pós-pandemia.

A literatura também revela que existe um discurso de inovação que sustenta a expansão das plataformas educacionais. Estudos de Subrinho, Barbosa e Sacramento de Sousa (2024) mostram que determinados recursos digitais podem apoiar práticas inclusivas e ampliar possibilidades pedagógicas, especialmente em contextos de educação especial. No entanto, críticas como as apresentadas por Lopes (2023) evidenciam que tais narrativas frequentemente ocultam processos de padronização, controle e mercantilização da educação. Assim, observa-se uma tensão entre o discurso modernizador defendido pelas EduTechs e as implicações sociopolíticas de sua adoção, mostrando que, apesar das promessas de melhoria da aprendizagem, essas plataformas nem sempre resultam em práticas pedagógicas efetivamente transformadoras.

Diversas limitações são amplamente discutidas pela produção acadêmica. Um dos eixos mais recorrentes diz respeito à adoção de plataformas sem fundamentação técnica e científica que justifique seu uso pedagógico. O Grupo Escola Pública e Democracia (GEPUD, 2025) e a Rede Escola Pública e Universidade (REPU) apontam, por exemplo, que:

> Em 2024, o governo paulista destinou R$ 471 milhões para a aquisição de plataformas, contratadas sem a apresentação de evidências de sua eficácia pedagógica. Os pareceres utilizados para justificar as compras carecem de fundamentação técnica e não consideram os impactos negativos do uso prolongado de telas na aprendizagem. Conclui-se que a política de plataformização do ensino vigente na rede estadual paulista amplia a sobrecarga de trabalho, prejudica a autonomia dos/as profissionais da educação e apresenta retornos insatisfatórios em termos de melhoria de aprendizagem dos/as estudantes.

Segundo a nota técnica elaborada pelo GEPUD e pela REPU, os pareceres utilizados para validar essas compras carecem de rigor técnico e ignoram os impactos negativos do uso prolongado de telas no processo de aprendizagem. Além disso, tal política de plataformização tem ampliado a sobrecarga docente, reduzido a autonomia profissional e apresentado resultados insatisfatórios em relação à aprendizagem dos estudantes.

Dessa forma, ao desprezar aspectos pedagógicos essenciais e priorizar soluções tecnológicas sem validação científica, a plataformização tende a reproduzir padrões de desordem já historicamente presentes na educação básica brasileira. Longe de solucionar problemas como evasão escolar, repetência ou defasagem acumulada de aprendizagem, a adoção indiscriminada de plataformas frequentemente intensifica vulnerabilidades existentes e não favorece a rotina docente. A literatura aponta que, sem reflexão crítica, participação democrática e revisão das políticas de implementação, a plataformização corre o risco de aprofundar desigualdades e fragilizar ainda mais o sistema educacional público.

METODOLOGIA

O presente estudo adota a metodologia do Estado do Conhecimento (Morosini, Nascimento; Nez, 2021), abordagem amplamente utilizada nas ciências humanas por possibilitar o levantamento, a sistematização e a análise crítica da produção acadêmica sobre determinado tema. Esse método permite identificar tendências, recorrências e lacunas nas publicações, constituindo-se como uma ferramenta adequada para compreender como o fenômeno contemporâneo da plataformização da educação tem sido tratado no campo educacional.

O processo metodológico para a realização do Estado do Conhecimento, segundo Morosini, Nascimento e Nez (2021), passa pelas seguintes etapas: seleção dos repositórios (fontes) usados na busca dos estudos; seleção das palavras-chaves ou descritores de busca; organização do corpus de análise (a partir da bibliografia anotada e sistematizada); definição de blocos temáticos para análise (bibliografia categorizada). O momento das análises se constitui em etapa fundamental do Estado do Conhecimento, em que serão mobilizados os conhecimentos construídos no processo de realização da pesquisa, ou seja, as análises se realizam no diálogo com os autores que se debruçaram sobre a temática em estudo, em uma perspectiva crítica.

A etapa de busca foi realizada nas bases: Portal de Periódicos da CAPES e Google Scholar, escolhidas por sua abrangência e relevância na disponibilização de produções científicas nacionais e internacionais. Para localizar estudos relacionados ao objeto de investigação, foram utilizados os descritores “plataformização” e “educação básica” combinados, com o objetivo de refinar a busca para pesquisas que discutem especificamente a incorporação de plataformas digitais nas escolas e as implicações desse processo na organização pedagógica e no trabalho docente. Esse conjunto inicial de estudos constituiu a base para o processo de leitura exploratória e análise preliminar, orientado pelos critérios definidos para a constituição do trabalho.

No que se refere aos critérios de seleção, priorizou-se a inclusão de estudos que abordassem diretamente a presença e o uso de plataformas digitais no contexto da educação básica, especialmente no que diz respeito às práticas pedagógicas e às transformações no trabalho docente. Nesse sentido, foram excluídos estudos que, embora dialogassem com o campo educacional, não apresentaram relação direta com o foco temático da pesquisa.

As buscas priorizaram publicações recentes, desde 2020, considerando que a plataformização da educação é um fenômeno intensificado no período pós-pandêmico e em constante atualização. Foram selecionados 26 artigos que apresentavam relação direta com a temática e que contribuíam para a compreensão do fenômeno em suas dimensões políticas, pedagógicas e estruturais.

Após a coleta do material, realizou-se uma leitura flutuante dos textos, seguida da extração de informações essenciais, como título, ano, objetivos, metodologia, principais resultados e avaliação preliminar da relevância do estudo para a pesquisa. Esses dados reunidos permitiram a identificação de temas recorrentes, lacunas e tendências presentes nas publicações sobre plataformização da educação.

A sistematização do corpus permitiu organizar a literatura em eixos analíticos que orientaram a elaboração da seção de resultados deste estudo. Entre as categorias que emergiram do processo de análise, destacam-se:

- **Plataformização da educação: possíveis origens e definições**, que reúne estudos dedicados à contextualização histórica e conceitual do fenômeno;
- **Debates políticos e resistência ao movimento de plataformização**, que explora tensões, disputas e posicionamentos críticos presentes na literatura;
- **Dificuldades e limitações**, relacionadas aos impactos da plataformização no cotidiano escolar, na autonomia docente e nas condições de trabalho;
- **Potencialidades das ferramentas digitais**, que destacam contribuições

possíveis quando as tecnologias são utilizadas de forma crítica e contextualizada.

- **Perspectiva dos docentes**, que destaca as percepções e posicionamentos dos professores diante do uso das tecnologias digitais no contexto escolar.

Essas categorias foram fundamentais para organizar os resultados apresentados na seção seguinte e compreender, de maneira mais ampla, como o fenômeno da plataformização vem sendo discutido no campo da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura levantada permitiu organizar os resultados em eixos temáticos que respondem diretamente aos objetivos propostos por esta pesquisa. A partir desse processo, foi possível identificar as origens e definições do fenômeno da plataformização, compreender as políticas públicas que sustentam sua expansão nas redes de ensino, evidenciar os impactos sobre a autonomia docente e discente e mapear as limitações estruturais que comprometem sua implementação pedagógica. Paralelamente, a análise revelou potencialidades das ferramentas digitais quando utilizadas com intencionalidade crítica, bem como a perspectiva dos docentes diante desse processo, configurando um panorama abrangente e situado do fenômeno no contexto da educação básica brasileira.

Plataformização da educação: possíveis origens e definições

O uso das plataformas, segundo Poell, Nieborg e Van Dijck (2019) tem início no começo do século XXI, com sua utilidade apreciada pelos setores administrativos e de entretenimento. A ampliação do alcance das plataformas veio no esteio do movimento de disseminação do uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e do crescente impacto das mídias e das redes digitais na vida cotidiana, o que "permitiu que as plataformas assumissem protagonismo em contextos que antes não ocupavam" (Matta; Ribeiro; Pamplona, 2025, p. 4).

Com a transformação acelerada ocasionada pela pandemia, a tecnologia deixou de ocupar um espaço acessório e passou a integrar de forma central a dinâmica educacional, aproximando a escola da "plataformização", entendido como o processo pelo qual a vida humana e suas interações sociais e econômicas passam a ser moldadas por um ecossistema global de plataformas digitais. A plataformização da educação, necessária durante a pandemia, torna-se um negócio lucrativo para empresas que oferecem esses produtos, em uma perspectiva

neotecnicista, transformando interações em mercadorias por meio da coleta de dados, ampliando a supervisão e o controle sobre alunos e professores (Ramos, 2024).

As tecnologias digitais já eram utilizadas antes da pandemia de Covid-19, entretanto, seu uso não se aproximava da intensidade e da centralidade que observamos atualmente. Nas escolas, os laboratórios de informática costumavam ser empregados de maneira pontual, muitas vezes sem articulação direta com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo percebidos pelos estudantes como um momento de descontração e ruptura da rotina escolar (Boscarioli, 2022). A plataformização da educação básica se intensificou, inicialmente, como um suporte emergencial para viabilizar a continuidade das aulas durante o período de isolamento social, constituindo-se num recurso indispensável naquele momento. Contudo, à medida que os índices da doença diminuíram e o funcionamento das atividades comerciais foi retomado, esperava-se que a educação retornasse gradualmente à sua dinâmica presencial. O que ocorreu, entretanto, foi uma estagnação em um modelo marcado pelo aumento do uso de plataformas digitais que, sob o discurso de "facilitar" o trabalho docente e a aprendizagem discente, acabaram se consolidando como parte estrutural do sistema educacional, muitas vezes sem avaliação crítica de seus impactos pedagógicos.

Pesquisas como a de Camilo, Neves e Beloni (2024) pontuam que a plataformização, longe de ser apenas uma inovação tecnopedagógica, articula-se a um projeto político mais amplo de controle, desumanização do trabalho docente e fragilização da autonomia educacional.

Debates políticos e resistência ao movimento de Plataformização da Educação Básica

Os debates políticos que envolvem a plataformização da Educação Básica têm evidenciado tensões importantes entre o discurso oficial de inovação e as condições reais de trabalho dos docentes. A literatura analisada aponta que a expansão das plataformas digitais tem sido acompanhada por políticas públicas que reforçam uma lógica de padronização e centralização das práticas pedagógicas, reduzindo os espaços de autonomia docente. Estudos como o de Wilke e Feijó (2023), identificados no levantamento, demonstram que essas tecnologias não apenas reorganizam a dinâmica escolar, mas também intensificam mecanismos de controle sobre o trabalho dos professores, aproximando a prática educativa de uma lógica gerencial que privilegia resultados quantitativos em detrimento dos processos formativos.

Nesse cenário, a resistência docente emerge como elemento central para compreender o movimento de contestação à plataformização. Produções como a de Viegas (2023) evidenciam

que muitos professores têm manifestado preocupação com a precarização das condições de trabalho, com a ampliação da sobrecarga e com o uso de tecnologias sem fundamentação pedagógica consistente. Tais estudos apontam que, apesar de serem apresentadas como ferramentas de apoio, as plataformas frequentemente ampliam a responsabilização individual dos docentes, ao mesmo tempo em que transferem parte das decisões pedagógicas para empresas privadas e para sistemas automatizados.

A literatura também destaca que o avanço das plataformas nas redes públicas de ensino tem sido sustentado por um discurso de modernização que, muitas vezes, desconsidera as especificidades das escolas e as desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro. A incorporação de ferramentas privadas, como aquelas amplamente divulgadas por secretarias estaduais, revela um movimento que ultrapassa o uso pedagógico das tecnologias e se aproxima de processos de privatização e mercantilização da educação.

A falta de transparência que envolve esse processo aprofunda as tensões já identificadas na literatura. O Grupo Escola Pública e Democracia (GEPUD) e a Rede Escola Pública e Universidade (REPU) (2025) documentam que os contratos firmados para aquisição de plataformas como Alura, Matific e Tarefas SP ultrapassaram R$ 471 milhões sem comprovação de eficácia pedagógica, e que os conteúdos veiculados por essas ferramentas não são disponibilizados publicamente, permanecendo acessíveis apenas por meio de senhas restritas à gestão. Sintomaticamente, as informações que embasaram a própria nota técnica do grupo foram fornecidas por professores sob anonimato, pois temiam represálias por divulgar dados que, segundo os autores, deveriam estar facilmente disponíveis a toda a população.

Esse cenário revela que a plataformização não opera apenas como política educacional, mas também como mecanismo de controle da informação, limitando a possibilidade de avaliação crítica por parte dos docentes, das famílias e da comunidade acadêmica. Assim, os debates políticos e a resistência docente tornam-se essenciais para problematizar os impactos desse fenômeno, permitindo compreender que a plataformização não se esgota na adoção de recursos digitais, mas envolve disputas sobre autonomia, condições de trabalho e sentidos atribuídos à formação docente contemporânea.

Sousa Júnior (2024) aponta que a plataformização consolidou um modelo de negócio baseado na alienação do trabalho docente mediante o consumo e a aplicação de “aulas prontas”, processo que o autor caracteriza como uma “robotização” do ensino. Esse movimento encontra expressão concreta em plataformas como a Nova Escola, que disponibiliza mais de 6.000 planos de aula gratuitos e alinhados à BNCC (Sousa Júnior, 2024), configurando uma lógica que, na prática, substitui a autoria pedagógica por protocolos padronizados e compromete a liberdade

de cátedra dos docentes.

Dificuldades e limitações a serem trabalhadas

A análise das produções que compõem o Estado do Conhecimento evidencia que a plataformização da Educação Básica apresenta um conjunto expressivo de dificuldades e limitações que precisam ser problematizadas. Um dos principais aspectos apontados pela literatura diz respeito à adoção de plataformas sem critérios pedagógicos claros ou fundamentação técnica que justifique sua utilização. Estudos como os de Wilke e Feijó (2023) associam o conceito de "Escola do Cansaço" a dados concretos de adoecimento docente. Com base em pesquisas analisadas pelos autores, condições inadequadas de trabalho respondem por 52% das causas de adoecimento identificadas na literatura, envolvendo fatores como infraestrutura precária, desconforto térmico e número excessivo de turmas (Nascimento; Seixas, 2020; Wilke; Feijó, 2023). Esse quadro se aprofunda quando se considera que 87% dos professores entrevistados acreditam que seus problemas de saúde são decorrentes ou intensificados pela própria profissão, dado reforçado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), de 2017, que identificou que 71% dos profissionais da educação pública sofreram episódios com consequências psicológicas e psiquiátricas nos cinco anos anteriores à pesquisa (Wilke; Feijó, 2023).

Outra dificuldade discutida refere-se à crescente sobrecarga atribuída aos professores. No estudo de Viegas (2023), observam-se relatos de docentes que enfrentam acúmulo de tarefas e exigências adicionais decorrentes da multiplicidade de plataformas utilizadas nas redes de ensino. Nessa mesma direção, o Grupo Escola Pública e Democracia (GEPUD, 2025) evidencia que os contratos firmados para aquisição dessas plataformas não apresentam fundamentação técnica e desconsideram os impactos negativos do uso prolongado de telas no processo de aprendizagem. Segundo o estudo, a política de plataformização vigente na rede estadual paulista tem ampliado a sobrecarga de trabalho docente, reduzido a autonomia profissional e apresentado resultados insatisfatórios em relação à aprendizagem dos estudantes. A necessidade de registrar, acompanhar, alimentar dados e manter-se atualizado em ambientes distintos acaba por ampliar a jornada de trabalho, contribuindo para processos de exaustão e reduzindo o tempo destinado às atividades pedagógicas centrais. A falta de formação específica para utilização crítica dessas tecnologias também aparece como limitação recorrente, reforçando desigualdades entre profissionais que dispõem de diferentes níveis de acesso e domínio técnico.

Além disso, a literatura aponta desafios estruturais relacionados ao acesso às

tecnologias, à conectividade e às condições de infraestrutura escolar (como Matta; Ribeiro; Pamplona, 2025). Embora discursos governamentais frequentemente enfatizem o potencial inovador das plataformas, estudos revelam que a realidade das escolas ainda é marcada por instabilidade de internet, ausência de equipamentos adequados e limitações no suporte técnico. Tais fragilidades dificultam a implementação efetiva das plataformas e podem aprofundar desigualdades educacionais, especialmente entre escolas de regiões periféricas ou com menor investimento público. Assim, as dificuldades e limitações identificadas na literatura demonstram que a plataformização, longe de representar uma solução imediata para os desafios educacionais, exige reflexão crítica e políticas que considerem as condições reais das escolas, garantindo que as tecnologias sejam integradas de forma consciente, democrática e pedagógica.

Potencialidades do uso das ferramentas digitais na Educação Básica

Embora a literatura evidencie limites e contradições na expansão das plataformas digitais, também é possível identificar potencialidades que, quando mobilizadas de forma crítica e contextualizada, podem contribuir para práticas pedagógicas mais diversificadas. Alguns estudos analisados indicam que determinadas ferramentas digitais ampliam possibilidades de acesso a materiais didáticos, oferecem recursos multimodais de apoio à aprendizagem e favorecem a personalização de trajetórias educativas. Autores como Boscarioli (2022) mostram que, quando integradas de maneira planejada e articulada às necessidades da turma, as tecnologias podem favorecer o engajamento dos estudantes e auxiliar na construção de experiências de aprendizagem mais dinâmicas.

Além disso, há evidências de que as plataformas podem contribuir para o acompanhamento mais sistemático do desenvolvimento discente, permitindo ao professor identificar dificuldades específicas e reorganizar estratégias pedagógicas com maior agilidade. Em contextos de inclusão, Subrinho, Barbosa e Sacramento de Sousa (2024) mostram que recursos digitais podem apoiar as práticas de leitura de pessoas com deficiência visual, ampliando suas condições de participação. Quando utilizadas com intencionalidade pedagógica, tais tecnologias tendem a favorecer a diversificação metodológica e a ampliação de repertórios de ensino.

Os estudos analisados também indicam que as tecnologias digitais podem fortalecer processos de formação docente quando utilizadas de forma crítica e autoral, como espaços de troca e compartilhamento entre professores (Rodrigues; Almeida, 2023). Silva e Couto (2024) reconhecem que as plataformas favoreceram a produção coletiva de conteúdos e o

compartilhamento de saberes, ainda que alertem para os desafios de vigilância e comercialização de dados.

A perspectiva dos docentes

A perspectiva dos docente trazida neste momento aborda os resultados do estudo conduzido pelo Grupo Escola Pública e Democracia (Gepud, 2025) e pela Rede Escola Pública e Universidade (REPU, 2025) sobre a plataformização da educação no estado de São Paulo, que ouviu 71 professores da rede estadual paulista. Sobre os impactos da plataformização no trabalho escolar, os depoimentos revelam um processo marcado pela perda substancial de autonomia pedagógica e pela reconfiguração do papel do professor, que passa de mediador do conhecimento a executor de protocolos digitais padronizados. Esse fenômeno é sintetizado por um docente ao afirmar: "achei que daria aula, mas na verdade eu sou 'babá de plataforma'", enquanto outro se descreve como "refém" de ferramentas como o SPeak , sendo compelido a comunicar aos alunos que a prioridade é a plataforma em detrimento da aula.

A liberdade de cátedra é substituída por materiais e sequências obrigatórias, o que, segundo os professores, resulta na perda da liberdade de cátedra sobre o currículo a ser aplicado em sala, com conteúdos voltados exclusivamente ao desempenho em avaliações externas como a Prova Paulista e que desrespeitam a realidade da sala de aula. Paralelamente, um sistema de vigilância digital monitora continuamente as interações, gerando um ambiente organizacional permeado por ameaças, medo de represálias, como cortes salariais e não renovação de contratos de docentes temporários (Categoria O). A competitividade imposta por indicadores gerenciais resulta na deterioração das relações de confiança entre professores e gestores e em um clima descrito como de "angústia, instabilidade e assédio" sem precedentes na história da rede estadual paulista.

Além do controle institucional, os docentes identificam graves dilemas éticos decorrentes da pressão para manipulação de indicadores, relatando que se sentem coagidos a colocar presença para alunos que não estão presentes na escola. Há ainda relatos de professores compelidos a repassar gabaritos de provas externas aos alunos para evitar sanções por baixo desempenho. Nesse contexto, o tempo pedagógico é consumido por demandas burocráticas digitais e as ferramentas adotadas priorizam o treinamento para avaliações externas (Saresp) em detrimento da formação científica e humanística. Soma-se a esse quadro a desvalorização da profissionalização docente, evidenciada pela subvalorização de titulações acadêmicas, como o Mestrado, frente a cursos de curta duração em plataformas como o "Multiplica" ,

configurando um cenário que os professores caracterizam como gerador de profundo cansaço, frustração e perda de identidade profissional.

As denúncias dos docentes em relação ao cenário de plataformização da rede educacional paulista não são queixas isoladas. No estado do Paraná, onde professores devem incorporar as plataformas em suas práticas pedagógicas, há relatos que perpassam a perda da autonomia no planejamento das aulas, formações plataformizadas e não significativas, infraestrutura insuficiente para se trabalhar com as plataformas impostas nas escolas e prejuízo no aprendizado dos alunos (Ramos, 2024). Também o estudo de Matta, Ribeiro e Pamplona (2025), com dados de docentes de duas escolas públicas e uma escola privada, do sul de Minas Gerais, que não tem a plataformização como organizadora de todos os processos escolares, evidenciou que os docentes buscam trabalhar de forma criativa com as plataformas disponíveis, mas, ainda assim, veem seu trabalho mais precarizado nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados permitem observar que a plataformização da Educação Básica configura um fenômeno complexo, atravessado por disputas políticas, transformações estruturais e impactos significativos no trabalho docente. A partir das produções analisadas, foi possível identificar que a expansão das plataformas digitais, especialmente no período pós-pandêmico, reorganizou práticas pedagógicas e redefiniu as relações entre professores, estudantes e políticas educacionais. Ao mesmo tempo em que tais tecnologias se consolidam como ferramentas presentes no cotidiano escolar, a literatura evidencia tensões relacionadas à autonomia docente, à padronização das atividades de ensino e à intensificação de mecanismos de controle sobre o trabalho pedagógico.

Os estudos revisados apontam que a implementação dessas plataformas ocorre, muitas vezes, sem respaldo técnico-pedagógico consistente, o que acarreta dificuldades importantes para sua integração efetiva ao processo de ensino e aprendizagem. Entre as limitações identificadas, destacam-se a sobrecarga de trabalho dos docentes, a ausência de formação adequada para uso crítico das ferramentas, os processos de adoecimento docente associados às condições impostas pelo novo modelo e as desigualdades de infraestrutura presentes nas escolas públicas brasileiras. Tais elementos reforçam a necessidade de políticas educacionais que considerem as condições concretas das redes de ensino e que não reduzam a complexidade da educação a soluções tecnológicas apresentadas como universalmente aplicáveis.

Apesar dessas tensões, as produções analisadas também indicam que determinadas

ferramentas digitais podem contribuir para diversificar práticas pedagógicas, ampliar o acesso a materiais didáticos e favorecer processos de acompanhamento da aprendizagem, desde que utilizadas com intencionalidade e coerência com os objetivos formativos. Os resultados desta pesquisa demonstram, portanto, que a plataformização não deve ser compreendida de forma homogênea, mas como um movimento que envolve potencialidades e contradições, exigindo análise cuidadosa e situada.

Conclui-se que a plataformização da Educação Básica representa um fenômeno que ultrapassa a dimensão tecnológica, configurando-se como um campo de disputa sobre autonomia docente, condições de trabalho e os próprios sentidos atribuídos à educação. A integração crítica e pedagogicamente fundamentada das tecnologias digitais permanece como desafio central para as redes públicas de ensino, exigindo políticas que respeitem os princípios pedagógicos, a autonomia dos sujeitos e a função social da escola.

Palavras-chave: Plataformas na Educação. Educação Básica. Trabalho docente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. M. F. S.; QUIROGA, F. L. Quem governa a aula? Soberania pedagógica em risco: infraestruturação de big techs e edtechs na educação pública. **ReTER**, Santa Maria, v.7, n. 1, p. 1-19, 2026. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reter/article/view/97907. Acesso em: 30 jun. 2026.

ANTUNES-SOUZA, T.; PUCCI, R. H. P.; FERREIRA, L. H. Neotecnicismo pedagógico, inovação e o impacto na docência na educação superior. **Linhas Críticas**, Brasília, v.31, e54157, 2025. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/54157. Acesso em: 30 jun. 2026.

BOSCARIOLI, C. Educação com tecnologias digitais na educação básica: reflexões, anseios e distâncias pela formação docente. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 31, n. jan/dez, p. 1–12, 2022. DOI: https://doi.org/10.29286/rep.v31ijan/dez.13391. Acesso em: 20 set. 2026.

CAMILO, M.; NEVES, M. C. D.; BELONI, B. M. O Novo Ensino Médio no Paraná e a sua política de controle e desumanização do trabalho docente: autoritarismo e tecnicismo**. Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 8, p. e7014, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n8-203. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/7014. Acesso em: 20 set. 2026.

FREITAS, L. C. Tecnicismo: ele está de volta. AVALIAÇÃO EDUCACIONAL – Blog do Freitas. 26 de agosto de 2016. Disponível em:

https://avaliacaoeducacional.com/2016/08/26/tecnicismo-ele-esta-de-volta/. Acesso em: 20 set. 2026.

GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA [GEPUD]; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. **Plataformização e controle do trabalho escolar na rede estadual paulista** [Nota Técnica]. São Paulo: GEPUD / REPU, 03 jul. 2025. Disponível em: https://www.gepud.com.br/pdf/NT_Plataformas.pdf. Acesso em: 20 set. 2026.

LOPES, G. H. O. **Um olhar sobre as Big Techs na educação pública**: o caso Google for Education na rede de educação básica paulista. 2023. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2023.

MATTA, C. E.; RIBEIRO, M. A.; PAMPLONA, L. S. Impactos da plataformização na Educação Básica: desafios e implicações no contexto educacional. **Educ. Form**., Fortaleza, v. 10, e15109, 2025. DOI: https://doi.org/10.25053/redufor.v10.e15109. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edufor/a/WNDVmxnhScgB4jhkKxhVcXD/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: Acesso em: 20 set. 2026.

MOROSINI, M.; NASCIMENTO, L. M.; NEZ, E. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 55, 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4946/3336. Acesso em: 30 mar. 2026.

NASCIMENTO, Kelen Braga do; SEIXAS, Carlos Eduardo. O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 36, p. 22, 2020.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Platformisation. Internet Policy Review, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 1-14, 2019. DOI: 10.14763/2019.4.1425. Disponível em: https://policyreview.info/concepts/platformisation. Acesso em: 10 out. 2026.

RAMOS, L. R. **Plataformização da educação**: impactos e desafios no trabalho do professor do Estado do Paraná. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranavaí, 2024.

RODRIGUES, A.; ALMEIDA, M. E. B. Para além das plataformas e do tecnicismo: narrativas digitais e formação docente crítico-reflexiva. Sisyphus: Journal of Education, v. 11, n. 3, p. 46-68, 2023. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/sisyphus/article/view/28803. Acesso em: 15 set. 2026.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP). **Professor engaja estudantes com plataformas digitais para o ensino de matemática** – Plataformas como Khan Academy e Tarefas SP são usadas em aulas do Ensino Médio na EE Oswaldo Aranha. 14 mar. 2024. Disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/dia-da-matematica-professor-de-spaproxima-e-engaja-estudantes-no-aprendizado-com-o-uso-de-plataformas-digitais/. Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVA, P.; COUTO, E. S. Plataformização da aprendizagem e o protagonismo de humanos e não humanos nas práticas pedagógicas. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 40, e39146, 2024. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-

4698202400010022 9&script=sci_arttext . Acesso em: 15 set. 2026

SOUSA JÚNIOR, João Eudes Alexandre de. "Chorei sem saber o que ensinar": reformismo, plataformização e precarização do trabalho docente na educação básica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 16, n. 3, p. 167–189, dez. 2024. Disponível em: http://doi.org/10.9771/gmed.v16i3.63582. Acesso em: 04 abr 2026.

SUBRINHO, Abinalio Ubiratan da Cruz; SODRÉ BARBOSA, Fernanda; SACRAMENTO DE SOUSA, Nilcelio. Os usos dos recursos digitais nas práticas de leitura de pessoas com deficiências visuais. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 8, n. 4, 2024. DOI: 10.12957/redoc.2024.82226. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/redoc/article/view/82226. Acesso em: 19 set. 2026.

VIEGAS, M. F. Plataformização do trabalho docente na educação básica: uma revisão de literatura sob o prisma do gênero e do cuidado. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 961–980, 2024. DOI: 10.9771/gmed.v16i1.57826. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/57826. Acesso em: 20 set. 2026.

WILKE, V. C. L.; FEIJÓ, M. S. Aspectos da plataformização educacional na educação básica brasileira: a “Escola do Cansaço” na era do Big Data. **Logeion**: Filosofia da Informação, v. 10, p. 418–437, 30 nov. 2023. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6780. Acesso em: 30 mar 2026.